

Motta propõe extinção do recesso

A extinção do recesso parlamentar proposta pelo deputado Adylson Motta estabelece o funcionamento do Congresso durante todo o ano, mas diluído mensalmente. O atual regimento permite a paralisação das atividades legislativas por três meses — em julho e no período de 16 de dezembro a 15 de fevereiro. Pela sugestão de Motta, o parlamentar seria obrigado a ficar em Brasília pelo menos 20 dias por mês, para as votações em plenário e discussão de matérias nas comissões técnicas. Os outros dez dias ficariam para que o deputado ou senador pudesse atender seus compromissos junto às bases eleitorais em seus estados.

Segundo o deputado, este tipo de opção traria resultados imediatos na agilização dos trabalhos. Outra importante vantagem, na concepção de Motta, seria acabar com a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso, “que sempre acarreta custos para os cofres públicos”. Antes de levar à co-

missão da reforma, o parlamentar observa que esta proposta terá também que passar pela análise do presidente do Senado e do Congresso, Humberto Lucena. A polêmica já começa por aí.

O senador Humberto Lucena é contra, “em princípio”. De acordo com Lucena, a medida seria inédita, pois “todos os parlamentos do mundo contam com o recesso”. Como outro argumento, ele cita a França, cujo recesso é “De quatro a cinco meses”. Para ele, o meio mais adequado para a discussão seria a revisão constitucional. O senador é favorável à mudança dos períodos de recesso e lembra sua proposta feita há mais de dois anos, tendo como justificativa os meses de maior seca em Brasília. “Ao invés de julho, agosto e setembro”.

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, acha injusto os congressistas terem três meses de férias, quando o trabalhador brasileiro tem apenas um mês. “Esta

mudança eu aprovo”. Ele não concorda com a sugestão do primeiro vice-presidente da Câmara, por considerar a sua mais viável. O projeto de Genebaldo é bem parecido com o de Motta: estabelece uma semana dedicada pelos parlamentares só às comissões. Outra, para a realização de trabalho em conjunto. A terceira para sessões deliberativas. Na quarta semana, os deputados seriam desobrigados a comparecer na Câmara. “Sem ordem do dia, a Mesa designará este período para a realização de debate no plenário”, afirma o líder peemedebista.

O deputado Eduardo Jorge, ex-líder do PT, considera as propostas “xixitas”. Ou seja, resguardam os interesses da Casa. Para ele, deixar a Câmara sem atividade durante dez dias é “impossível”. Ele entende que o esquema atual pode ser mantido, “no entanto, apertando com rigor a presença dos parlamentares nas terças, quartas e quintas-feiras”, através de desconto automático.